



Processo Seletivo para o Programa de Estágio da PRR/3ª Região - 1º Semestre/2019
Prova A4

Parte I – Prova Objetiva

1. A Constituição que exige um procedimento mais solene e dificultoso do que o utilizado para a aprovação de leis, assegurando que as normas constitucionais não poderão ser alteradas pelas leis ordinárias é classificada como:

- a) constituição imutável.
- b) constituição semirrígida
- c) constituição flexível.
- d) constituição rígida.

2. Não é legitimado ativo para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade:

- a) Presidente da República.
- b) Mesa do Senado Federal.
- c) Conselho Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil.
- d) Procurador-Geral da República.

3. Assinale a alternativa CORRETA. Norma constitucional de eficácia contida é aquela que:

- a) contém todos os elementos necessários à produção dos seus efeitos jurídicos, sendo uma norma completa, que não precisa ser complementada por outra norma.
- b) não contém todos os elementos necessários à produção integral dos seus efeitos jurídicos, necessitando de uma lei que a regule.
- c) contém todos os elementos necessários à produção dos seus efeitos jurídicos, mas que expressamente autoriza o legislador a reduzir o alcance desses efeitos.
- d) estabelece programas sociais e econômicos que devem ser implementados pelo Poder Legislativo e Poder Executivo.

4. Os juízes, regra geral, gozam das garantias da vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) não podem exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.
- b) podem receber a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas.
- c) podem exercer, assim que se aposentarem, ou se exonerarem a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastaram.
- d) podem exercer atividade político-partidária.

5. Assinale a alternativa CORRETA. De acordo com a Constituição Federal de 1988, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público:

- a) promover a educação ambiental no ensino médio e fundamental e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
- b) preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais, salvo o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
- c) definir, nos Municípios, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei complementar, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- d) preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.



6. São princípios da administração pública expressamente previstos no art. 37, caput, da CF, EXCETO:

- a) moralidade.
- b) impessoalidade.
- c) legalidade.
- d) razoabilidade.

7. O Congresso Nacional tem atribuição exclusiva para:

- a) processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
- b) fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.
- c) fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

8. Assinale a alternativa correta. O poder constituinte derivado decorrente significa:

- a) a força revolucionária que provoca a ruptura com a ordem política e elabora uma nova Constituição.
- b) aquele atribuído aos Estados-membros de elaborarem suas próprias Constituições.
- c) é o que elabora uma nova Constituição, que substitui a anterior, rompendo de forma estrutural com a antiga ordem política e social.
- d) aquela elaborada por dois órgãos distintos

9. Assinale a alternativa CORRETA, quanto ao disposto na Constituição Federal sobre os índios:

- a) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse provisória, cabendo-lhes, na forma determinada por lei, o usufruto de quase todas as riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- b) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são inalienáveis e indisponíveis, salvo os direitos sobre elas, que são prescritíveis, na forma da lei.
- c) Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.
- d) São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, exceto os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

10. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) conceder-se-á *habeas corpus* para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- b) conceder-se-á mandado de segurança sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- c) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado pelo Ministério Público.
- d) conceder-se-á *habeas data* para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.



11. Assinale a alternativa correta:

- a) o princípio da intervenção mínima, que limita a ação do legislador, proíbe que o Direito Penal interfira nas relações, protegendo bens que não sejam vitais e necessários à manutenção da sociedade.
- b) pelo princípio da reserva legal, ninguém será punido por crime não previsto previamente em lei ou em medida provisória, que também tem força de lei.
- c) a lei penal sempre retroagirá, mesmo que não beneficie o réu.
- d) a lei posterior, favorável ao réu, não se aplica aos fatos anteriores se já decididos por sentença condenatória transitada em julgado, porque há coisa julgada.

12. No que tange aos regimes penitenciários da pena de reclusão e detenção, é INCORRETO dizer que:

- a) Sendo imposta ao acusado pena superior a 8 anos, a pena deve ser cumprida, inicialmente, em regime fechado.
- b) Se o condenado for reincidente, a pena deve ter início em regime fechado, não importando a quantidade da pena imposta.
- c) Se a pena for superior a 4 anos, o início da pena de detenção deve ser em regime semi-aberto.
- d) Se a pena for igual ou inferior a 4 anos a pena deve ser cumprida, inicialmente em colônia penal agrícola, industrial ou em estabelecimento similar.

13. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa.
- b) A superveniência de causa relativamente independente não exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado.
- c) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.
- d) O dever de agir incumbe a quem, de

outra forma, não assumiu a responsabilidade de impedir o resultado.

14. Sobre o CONCURSO DE PESSOAS, é correto afirmar:

- a) se a participação for de menor importância, o agente não responde pelo crime.
- b) caracteriza-se pela pluralidade de agente e de condutas, relevância causal de cada conduta, liame subjetivo entre os agentes e identidade de infração penal.
- c) o Código Penal brasileiro adota a teoria pluralista, segundo a qual haveria tantas infrações penais quantos fossem o número de autores e partícipes.
- d) as circunstâncias e condições de caráter pessoal se comunicam, mesmo que não sejam elementares do crime.

15. Em relação ao TEMPO DO CRIME, é possível afirmar que o Código Penal Brasileiro:

- a) adotou a teoria do resultado, segundo a qual considera-se ocorrido o crime no momento do resultado.
- b) adotou a teoria mista ou ubiquidade, segundo a qual considera-se ocorrido o crime no momento da ação ou omissão e também o do resultado.
- c) adotou a teoria da atividade, segundo a qual considera-se ocorrido o crime no momento da ação ou da omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- d) não adotou nenhuma teoria específica e o tempo do crime é considerado de acordo com as circunstâncias concretas do caso sob análise.

16. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) como regra geral, a prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime.
- b) a prescrição, depois de transitar em julgado a sentença condenatória, regula-se pela pena aplicada; em caso de réu reincidente, o prazo legal é acrescido em um terço.



c) a prescrição, antes de transitar em julgada a sentença condenatória, começa correr, nos casos de crime continuado, do dia que praticado o fato.d) no caso de evadir-se o condenado ou de revogar-se o livramento condicional, a prescrição é regulada pelo tempo que resta da pena

17. O arrependimento posterior:

a) é causa facultativa de diminuição de pena
b) só pode incidir nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa.
c) é causa obrigatória da suspensão da pena
d) implica na redução da pena, inclusive após o recebimento da denúncia.

18. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Em se tratando de crime impossível de se consumar, dada a impropriedade do objeto, pune-se a tentativa.
b) Na desistência voluntária e arrependimento eficaz, o agente responde apenas pelos atos já praticados.
c) Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só o responde o agente que o houver causado ao menos culposamente.
d) O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa.

19. Assinale a alternativa correta:

a) O princípio da irretroatividade da lei penal mais grave, assegurado inclusive pela Constituição Federal, não admite exceções.
b) Pela teoria da ação, adotada pela legislação brasileira considera-se como lugar do crime aquele em que foi praticada a ação, ainda que seu resultado tenha ocorrido em outro lugar.
c) Segundo a teoria da imputação objetiva, o resultado de uma conduta somente pode ser objetivamente

imputado ao seu autor quando tenha criado uma situação de risco juridicamente não permitida a um bem jurídico e tal risco se tenha concretizado num resultado típico.

d) A doutrina majoritária entende que crime é a ação típica, antijurídica, culpável e punível.

20. É circunstância atenuante:

a) ter cometido o crime para ocultar outro crime
b) ter cometido o crime sob influência de multidão em tumulto, mesmo que provocado pelo agente.
c) o desconhecimento da lei.
d) ter o agente 60 anos na data do fato

21. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Salvo as exceções legais, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
b) É absolutamente proibido, em qualquer hipótese, o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
c) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
d) Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

22. Sobre as PESSOAS JURÍDICAS, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade.
b) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria absoluta dos votos de todos os administradores, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.



c) Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua) Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.

23. Sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; a limitação no desempenho de atividades; e a restrição de participação.
- b) Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.
- c) A deficiência afeta a plena capacidade civil da pessoa e implica na necessidade de assistência para a prática de atos da vida civil.
- d) É dever de todos comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou de violação aos direitos da pessoa com deficiência.

24. Acerca da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- b) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, modifica a lei anterior.
- c) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- d) As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

25. Sobre a OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR, assinale a alternativa correta:

- a) O direito de exigir reparação de dano e a obrigação de prestá-la é pessoal e intransferível, razão pela qual não são transmitidos com a herança.
- b) Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.
- c) Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem não ficam sujeitos à reparação do dano causado.
- d) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem não pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.

26. Diz o art. 1024, §3º do CPC/2015 - O órgão julgador conhecerá dos embargos de declaração como agravo interno se entender ser este o recurso cabível, desde que determine previamente a intimação do recorrente para, no prazo de 5 (cinco) dias, complementar as razões recursais, de modo a ajustá-las às exigências do art. 1.021, §1º. Assinale a alternativa CORRETA, quanto ao princípio recursal contemplado no dispositivo citado:

- a) princípio do impulso oficial;
- b) princípio da fungibilidade recursal;
- c) princípio dispositivo;
- d) princípio do conhecimento paralelo.

27. Quanto à formação, suspensão e extinção do processo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) o processo não se suspende por convenção das partes.
- b) antes de proferir decisão sem resolução do mérito, o juiz deverá conceder à



parte oportunidade para, se possível, corrigir o vício. c) a justiça criminal independente da justiça cível, por isso se o conhecimento do mérito da demanda cível depender de verificação da existência de fato delituoso, o juiz não determinará a suspensão do processo civil.

d) considera-se proposta a ação quando a petição inicial for despachada pelo juiz, só produzindo quanto ao réu os efeitos mencionados no art. 240 depois que for validamente citado.

28. Assinale a alternativa CORRETA:

a) a incompetência relativa deve ser alegada em exceção de incompetência.

b) prorroga-se a competência absoluta se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.

c) a incompetência relativa pode ser alegada de ofício.

d) a incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição, podendo ser declarada de ofício.

29. É sabido que a matéria de ordem pública permite ao juiz ou Tribunal, em qualquer tempo e grau de jurisdição, desde que não tenha havido o trânsito em julgado, apreciar, sem provocação das partes, alguma condição da ação ou pressuposto processual não invocado pelas mesmas no curso da demanda. Em sede recursal, o Desembargador Federal que apreciar, de ofício, uma matéria de ordem pública estará se valendo da aplicação do:

a) efeito devolutivo;

b) efeito suspensivo;

c) efeito translativo;

d) efeito expansivo.

30. No tocante às nulidades processuais, assinale a alternativa CORRETA:

a) quando a lei prescrever determinada forma, o juiz não considerará válido o ato se realizado por outro modo, ainda que a finalidade seja alcançada.

b) a nulidade dos atos, inclusive quando se tratar de nulidade absoluta, deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.

c) quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida, inclusive, pela parte que lhe deu causa.

d) é nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.

31. Assinale a alternativa CORRETA, quanto a atuação do Ministério Público:

a) nos casos de intervenção como *custos juris*, o Ministério Público terá vista dos autos antes das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.

b) o membro do Ministério Público não poderá ser civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

c) a participação da Fazenda Pública configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.

d) o Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos que terá início a partir de sua intimação pessoal.

32. Sobre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO julgue os itens a seguir:

I - Incumbe ao Ministério Público da União, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos; requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial e de inquérito policial militar, podendo acompanhá-los e apresentar provas; requisitar à autoridade competente a instauração de procedimentos administrativos, ressalvados os de natureza disciplinar, podendo acompanhá-los e produzir provas.

II - Para o exercício de suas atribuições, o Ministério Público da União poderá, nos procedimentos de sua competência: notificar



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO**

testemunhas e requisitar sua condução coercitiva, no caso de ausência injustificada; requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades da Administração Pública direta ou indireta; requisitar informações e documentos a entidades privadas; ter acesso incondicional a qualquer banco de dados de caráter público ou relativo a serviço de relevância pública; requisitar o auxílio de força policial.

III - O membro do Ministério Público não será civil e criminalmente responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar.

- a) I, II e III estão corretos
- b) I, II e III estão incorretos
- c) II e III estão corretos
- d) I e II estão corretos

33. O Ministério Público intervirá como

fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam, EXCETO:

- a) interesse de incapaz.
- b) interesse público ou social.
- c) execução fiscal.
- d) litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

34. Não compete ao Ministério Público da União:

- a) promover inquérito civil
- b) promover ação civil pública para a defesa do patrimônio público
- c) Promover ação civil pública para questionar a inconstitucionalidade de impostos e contribuições
- d) promover ação civil pública para defesa do consumidor



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

	A	B	C	D	E			A	B	C	D	E	
01						D	19						C
02						C	20						C
03						C	21						B
04						A	22						B
05						D	23						C
06						D	24						B
07						B	25						B
08						B	26						B
09						C	27						B
10						D	28						D
11						A	29						C
12						D	30						D
13						B	31						D
14						B	32						D
15						C	33						C
16						C	34						C
17						B	35						
18						A							



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO